



GÊNERO, RAÇA E CLASSE NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE LATINO AMERICANA: A Produção da Sexualidade e do Gênero como Atividade Humana

Eixo Temático 21 – INTERSECCIONALIDADES NA AMÉRICA LATINA: Raça, Classe, Identidade de Gênero, Sexualidades, entre memórias e trajetórias

Adeildo Vila Nova ¹
Thiago A. Aranha ²

RESUMO: As questões de gênero e sexualidades na América Latina estão inseridas em um contexto de profundas disputas históricas e sociais. Entrelaçadas às dinâmicas de classe e raça, essas categorias revelam estruturas de poder que sustentam desigualdades e violências, mas também alimentam resistências e transformações. O patriarcado, reforçado pelo conservadorismo religioso, perpetua violências contra mulheres e pessoas LGBTQIAPN+, legitimando opressões que se manifestam em diversos âmbitos. Simultaneamente, os regimes normativos de gênero e sexualidade são constantemente desafiados por memórias e trajetórias de resistência, nas quais sujeitos subalternizados reimaginam relações sociais e reivindicam direitos. Elegeu-se a pesquisa documental e bibliográfica para subsidiar as análises, privilegia e é subsidiada também pelas categorias do materialismo histórico-dialético.

Palavras-chave: Interseccionalidade; Gênero, Raça, Classe, Sexualidades, Opressões.

¹ Assistente Social no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJ-SP). Doutor em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Mestre em Serviço Social e Políticas Sociais pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Pesquisador nos Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre Identidades (NEPI), em Aprofundamento Marxista (NEAM) e sobre Crianças e Adolescentes com ênfase no Sistema de Garantia de Direitos (NCASGD), da PUC-SP e Diretor-Primeiro Secretário na Associação das/os Assistentes Sociais e Psicólogas/os do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (AAPTJ-SP). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8014-1804> . E-Mail: adeildovilanova@yahoo.com.br

² Bacharel em Serviço Social pela Universidade Guarulhos. Mestre e Doutorando em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC SP. Professor na Pós-Graduação - FAPSS. Professor do curso de Serviço Social na Universidade Federal Educacional - UniFecaF. Orientador de TCC – UNIFESP BS. Pesquisador do NEAM - Núcleo de Estudos e Pesquisas em Aprofundamentos Marxista. Pesquisador do NEPEDH - Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Ética e Direitos Humanos. Pesquisador do NCAF/SGD – Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Crianças, Adolescentes e Família no Sistema de Garantia de Direitos. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3326-3419> . Email: thiagaranhas@gmail.com



INTRODUÇÃO

A interseccionalidade, conceito cunhado por Kimberlé Crenshaw no final do século XX, emerge como uma ferramenta analítica essencial para compreender as dinâmicas complexas de opressões simultâneas e entrelaçadas que afetam diferentes grupos sociais. Na América Latina, uma região marcada por histórias de colonialismo, escravidão e resistências, a interseccionalidade ganha contornos específicos ao englobar questões de raça, classe, identidade de gênero e sexualidades. Essa abordagem permite revelar como essas categorias sociais se sobrepõem, intensificando desigualdades e, ao mesmo tempo, potencializando formas de resistência e existência.

Pensar o racismo no Brasil é um grande desafio considerando o processo histórico de colonização e escravização que mancham a nossa formação sócio-histórica e nesse sentido, o debate em torno da raça é intrinsecamente atravessado pela herança colonial, que estruturou hierarquias raciais baseadas no mito da superioridade branca e na desumanização de povos indígenas e africanos. Essa violência histórica não apenas moldou as relações de poder, mas também impactou diretamente as trajetórias individuais e coletivas dos sujeitos racializados. Quando articulada à dimensão de classe, a interseccionalidade explicita como a exploração econômica se alia ao racismo para marginalizar grupos específicos, mantendo estruturas de privilégio e opressão. Nesse sentido, Quijano nos diz:

O fato é que já desde o começo da América, os futuros europeus associaram o trabalho não pago ou não-assalariado com as raças dominadas, porque eram raças inferiores. O vasto genocídio dos índios nas primeiras décadas da colonização não foi causado principalmente pela violência da conquista, nem pelas enfermidades que os conquistadores trouxeram em seu corpo, mas porque tais índios foram usados como mão de obra descartável, forçados a trabalhar até morrer (Quijano, 2005, p. 120).

As questões de identidade de gênero e sexualidades, por sua vez, são permeadas por disputas que desafiam os regimes normativos de controle e regulação. Na América Latina, o patriarcado, frequentemente entrelaçado com o conservadorismo religioso, legitima a violência de gênero e a opressão contra pessoas LGBTQIAPN+. Ao mesmo tempo, as memórias de resistência de mulheres, pessoas trans e populações *Queer*



carregam narrativas potentes de subversão e luta por direitos, evidenciando a capacidade de reimaginar e reestruturar relações sociais.

Essas memórias e trajetórias não são homogêneas, mas plurais, atravessadas por localizações geográficas, culturais e históricas distintas. A interseccionalidade, nesse contexto, não apenas denuncia as sobreposições de opressões, mas também celebra as formas de resistência coletiva e as potências criativas que emergem da vivência de sujeitos historicamente subalternizados. Ao centrar as memórias e trajetórias desses sujeitos, abre-se espaço para pensar em um projeto político que ultrapasse os binarismos e desmonte as estruturas de poder que sustentam as desigualdades. Assim a interseccionalidade precisa ser pensada como chave analítica como nos apresenta Collins, 2021.

O uso da interseccionalidade como ferramenta analítica promove, entendimentos mais amplos das identidades coletivas e da ação política. A identidade foi uma dimensão importante para o surgimento da interseccionalidade. Como forma de investigação e práxis críticas - é o caso, por exemplo, das negras brasileiras, que politizaram a identidade negra e feminina em uma sociedade que desvalorizava ambas as coisas (Collins, 2021, p.187).

E ainda:

A interseccionalidade como práxis crítica requer o uso do conhecimento adquirido por meio da prática para orientar ações subsequentes na vida cotidiana. A solução de problemas está no cerne da práxis da interseccionalidade, e os tipos de problemas sociais gerados pelos sistemas interseccionais de poder prestam-se ao conhecimento desenvolvido pela práxis. A práxis entende que o pensar e o fazer, ou a teoria e a ação, estão intimamente ligados e moldam um ao outro (Collins, 2021, p.66).

Portanto, compreender as interseccionalidades na América Latina é um convite a repensar narrativas históricas, questionar naturalizações de opressão e imaginar um futuro justo. Ao mesmo tempo, é uma tarefa que demanda a articulação entre pesquisa acadêmica, práticas militantes e diálogos interseccionais que reconheçam a diversidade de experiências e a complexidade das disputas por gênero e sexualidades. Trata-se de um movimento que transforma tanto a análise teórica quanto as práticas sociais, apontando caminhos para a construção de sociedades mais igualitárias.



GÊNERO EM DISPUTA E FUNDAMENTOS DA DIVERSIDADE HUMANA: A PRODUÇÃO DA SEXUALIDADE E DO GÊNERO COMO ATIVIDADE HUMANA

Os fundamentos teórico-políticos da diversidade humana, do heteropatriarcado e do racismo são temas que demandam uma abordagem crítica e interdisciplinar. Partindo da centralidade ontológica do trabalho na vida social, entendemos que o trabalho consiste no ponto de partida da humanização do indivíduo (Cisne, 2019). Assim, a compreensão desses fenômenos está intimamente ligada às estruturas históricas, culturais e econômicas que moldam as sociedades. A diversidade humana, por exemplo, é um reflexo da complexidade biológica, cultural e social que caracteriza a existência humana, enquanto o heteropatriarcado e o racismo representam sistemas de opressão que hierarquizam e excluem determinados grupos. Esses temas são interdependentes, funcionando como engrenagens de um sistema mais amplo de domínio e desigualdade.

A diversidade humana é um conceito que engloba as diferenças inerentes à espécie humana em termos de gênero, sexualidade, etnia, religião, habilidades e outras dimensões identitárias. No entanto, essa pluralidade é frequentemente reduzida ou negada por discursos normativos que buscam homogeneizar e hierarquizar diferenças. A ciência moderna desempenhou um papel ambíguo nesse processo: ao mesmo tempo em que reconheceu a riqueza da diversidade, contribuiu para a criação de categorias fixas que justificaram hierarquias raciais, de gênero e de sexualidade. Esse processo está enraizado na era colonial, quando as categorias de raça e gênero foram instrumentalizadas para sustentar projetos de dominação.

O heteropatriarcado é um sistema de poder que combina heterossexualidade compulsória e patriarcado para estabelecer e manter hierarquias de gênero e sexualidade. Encontra-se, portanto, estruturado por uma lógica heterossexista relacionada a apropriação masculina sobre o corpo e o modo de ser da mulher, Cisne, (2014). Este conceito, amplamente debatido no feminismo e nos estudos *queer*, revela como as normas de gênero e sexualidade são utilizadas para legitimar relações de poder. Judith Butler, em sua teoria performativa do gênero, destaca que as identidades de gênero não são atributos fixos, mas o resultado de performances reiterativas que consolidam normas culturais.



Essa perspectiva desafia a naturalização da masculinidade e da feminilidade, expondo sua construção social e política. Além disso, a heterossexualidade compulsória, como discutida por Adrienne Rich, funciona como uma ferramenta de regulação social que marginaliza e invisibiliza experiências não conformes.

O racismo, por sua vez, é uma ideologia e prática que constrói hierarquias baseadas em diferenças fenotípicas e culturais. Ele está intrinsecamente ligado à colonialidade, que perpetua as relações de poder estabelecidas durante a expansão colonial europeia. O pensamento de Fanon é crucial para entender o impacto do racismo na subjetividade dos povos colonizados. Fanon argumenta que o racismo não é apenas uma prática de exclusão, mas também um mecanismo que desumaniza e internaliza a inferioridade nos corpos racializados. No contexto brasileiro, intelectuais como Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro evidenciam como o racismo estrutura as relações sociais e atravessa as experiências de gênero e classe, reforçando a subalternização de corpos negros e indígenas. Pensando nesse processo de perpetuação das relações de poder Abramides, 2021 nos apresenta o caráter de dominação econômica no modo de produção:

O racismo tem um caráter de dominação econômica, ideopolítica e étnico-racial, portanto, é estrutural no modo de produção capitalista. As nações que vivenciaram a dominação colonial escravocrata, entre elas as da América Latina, reproduzem e mesclam a herança desse sistema em todo o desenvolvimento histórico do capitalismo, que mantém e amplia as formas de exploração econômica e segregação racial, eternizando o racismo estrutural originário da “[...] assim chamada acumulação primitiva³” (Abramides, 2021. p.16).

A interseccionalidade, conceito cunhado por Kimberlé Crenshaw, é uma ferramenta analítica essencial para compreender como o heteropatriarcado e o racismo operam simultaneamente na produção de desigualdades. Essa abordagem revela que as opressões não podem ser compreendidas isoladamente, pois são mutuamente constituídas. No Brasil, a interseccionalidade é particularmente relevante devido à intersecção entre colonialidade, patriarcado e racismo. Essa dinâmica é evidente na

³ Citando MARX, 2017. Capítulo 24 do Livro I – O Capital Karl Marx, Editora Boitempo, 2017, p. 785.



estruturação do mercado de trabalho, onde mulheres negras ocupam majoritariamente posições precarizadas, enquanto são desproporcionalmente afetadas pela violência.

O capitalismo contemporâneo também contribui para a perpetuação do heteropatriarcado e do racismo. Silvia Federici explora como a divisão sexual do trabalho foi central para a acumulação primitiva de capital, domesticando corpos femininos e normatizando a heterossexualidade, Federici nos mostra que:

Analisar a posição social das mulheres sob o prisma da exploração capitalista do trabalho também revela a continuidade entre discriminação de gênero e discriminação de raça e nos possibilita transcender a política de direitos que pressupõe a manutenção da ordem social existente e falha em confrontar as forças sociais antagônicas presentes no caminho da libertação das mulheres (Federici, 2021. p 97).

E ainda:

A procriação é geralmente tratada como função natural, e não como uma forma de trabalho que, no capitalismo, está subordinada à reprodução da mão de obra e, portanto, sujeita à regulação estatal específica (Federici, 2021. p 99).

Dessa forma, observa-se que no contexto neoliberal, as identidades são frequentemente cooptadas pelo mercado, transformadas em nichos de consumo que reproduzem desigualdades. Movimentos sociais e iniciativas comunitárias, no entanto, oferecem resistências a essas dinâmicas ao propor alternativas que valorizam a diversidade e desafiam as estruturas opressivas.

Já no que tange o debate sobre gênero e sexualidade como construções humanas, podemos afirmar que é um campo de tensões e possibilidades no âmbito acadêmico e político. Desde as primeiras teorizações feministas até as contribuições contemporâneas dos estudos *queer*, o conceito de gênero tem se revelado uma categoria analítica fundamental para a compreensão das dinâmicas sociais e culturais. Sua historicidade é um ponto de partida essencial, pois o que entendemos por gênero e sexualidade não é estático; são categorias moldadas por estruturas históricas, econômicas e simbólicas que expressam relações de poder.



A construção do gênero como uma dimensão humana é inseparável da produção das normas que regulam os corpos e as identidades. Judith Butler, em sua teoria performativa, argumenta que o gênero não é uma essência ou um atributo natural, mas o resultado de performances reiterativas de normas culturais. Essa abordagem desafia a concepção binária e fixa de masculino e feminino, sublinhando como essas categorias são produtos de discursos que produzem e reproduzem o que consideramos “normal” e “abjeto”.

Ao considerar o gênero como um campo em disputa, reconhece-se que as normas dominantes são constantemente tensionadas por resistências. Movimentos sociais, como o feminismo interseccional e os movimentos LGBTQIAPN+, têm questionado o caráter excludente das estruturas que marginalizam corpos não conformes. A interseccionalidade, cunhada por Kimberlé Crenshaw, destaca como opressões de gênero, raça, classe e sexualidade são mutuamente constituídas, expondo as dinâmicas complexas que conformam experiências de discriminação.

Outro aspecto central na discussão sobre gênero e sexualidade é o papel da biologia e da cultura. Durante muito tempo, o discurso científico reforçou uma leitura biologizante, na qual as diferenças sexuais eram usadas para justificar desigualdades sociais. Estudos feministas e pós-estruturalistas desestabilizaram essas premissas ao demonstrar que a própria biologia é interpretada e mediada culturalmente. Anne Fausto-Sterling, por exemplo, explora como as categorias de sexo biológico são construídas por meio de práticas médicas e científicas que reforçam binarismos.

A produção da sexualidade, assim como do gênero, também está intimamente ligada ao poder. Michel Foucault, em “A História da Sexualidade”, argumenta que a sexualidade é um dispositivo através do qual o poder opera para regular os corpos e as populações. Segundo ele, não é uma essência reprimida, mas algo produzido por discursos e práticas sociais. Essa perspectiva é crucial para compreender como o discurso sobre gênero e sexualidade é mobilizado em diferentes contextos históricos, como no colonialismo, na modernidade e no capitalismo contemporâneo.

Como vimos anteriormente o capitalismo, desempenha um papel significativo na configuração de gênero e sexualidade. (Silvia Federici 2021) revela como a divisão sexual



do trabalho e a violência contra as mulheres foram centrais para a acumulação primitiva de capital.

No contexto brasileiro, as disputas em torno do gênero assumem contornos particulares devido à intersecção entre colonialidade, racismo e patriarcado. A herança colonial brasileira perpetua desigualdades estruturais que atravessam as experiências de gênero e sexualidade. A subalternização de corpos negros e indígenas é um exemplo disso, refletindo a intersecção entre opressões de raça, classe e gênero.

Pensadoras como Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro têm sido fundamentais para evidenciar como o racismo estrutural no Brasil configura as dinâmicas de gênero, desafiando narrativas hegemônicas que invisibilizam essas relações. Desse modo:

Todas as pessoas produzem processos de identificação com diferentes elementos sociais. Precisamos entender a identidade como um processo que, ao mesmo tempo, subjetiva o social e objetiva a subjetividade, ou seja, é criado por meio de um duplo “objetividade” (mundo externo) e “subjetividade” (mundo interno). Nesses termos é que entendemos a identidade como parte de um processo social, já que acompanha o movimento da realidade e, por isso, não é estanque, nem algo de uma natureza ou essências cristalizadas; ela é consequência da atividade humana no movimento de produção da história (Ferreira & Irineu, 2024. p. 22)

Nesse cenário, a resistência e a reexistência são atos políticos que questionam as normas impostas. Corpos dissidentes, que não se enquadram nas categorizações binárias ou hegemônicas, desafiam o *status quo* ao afirmarem existências que fogem à regulação normativa. Práticas culturais, artísticas e políticas são formas de construir contra-narrativas que desestabilizam o regime de verdade dominante. A cultura ballroom⁴, por exemplo, emerge como um espaço de criação de identidades alternativas, oferecendo uma plataforma para a expressão de subjetividades que subvertem as normas de gênero e sexualidade.

⁴ **Cultura ballroom: Conheça movimento que acolhe pessoas LGBTQIAPN+** - [Cultura ballroom: Conheça movimento que acolhe pessoas LGBTQIAPN+ | Distrito Federal | G1](#)



Por fim, a produção do gênero e da sexualidade como atividades humanas é também um convite à reflexão crítica sobre como participamos, consciente ou inconscientemente, na reprodução dessas normas. Educação, políticas públicas e práticas sociais são campos onde essas disputas se materializam e podem ser transformadas. Enfrentar as desigualdades de gênero e sexualidade é, portanto, um desafio coletivo que exige a desconstrução das hierarquias impostas e a construção de um mundo igualitário.

METODOLOGIA

A elaboração desse artigo foi guiada por uma abordagem metodológica interdisciplinar e crítica, fundamentada em princípios epistemológicos que valorizam a historicidade, a interseccionalidade e o diálogo entre diferentes tradições intelectuais. Essa metodologia foi desenvolvida com o objetivo de articular diferentes perspectivas teóricas e práticas sociais que contribuíssem para a compreensão e problematização das dinâmicas de opressão e resistência que moldam as relações humanas.

O primeiro passo na construção do texto consistiu em uma revisão bibliográfica ampla e aprofundada, com foco em autores e autoras cuja contribuição teórica é reconhecida nos campos de estudo da diversidade, do heteropatriarcado e do racismo. Textos clássicos e contemporâneos foram mobilizados para traçar um panorama das principais abordagens teóricas. Michel Foucault, Judith Butler, Frantz Fanon, Kimberlé Crenshaw, Silvia Federici, Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro são exemplos de pensadores e pensadoras cujas ideias foram integradas ao texto.

A segunda etapa envolveu a análise crítica dos conceitos fundamentais que estruturam os debates sobre diversidade humana, heteropatriarcado e racismo. Para isso, foram mobilizadas ferramentas teóricas que permitiram desvelar as relações de poder e as estruturas de dominação subjacentes a esses conceitos. A interseccionalidade foi outra ferramenta central na metodologia empregada. A interseccionalidade também permitiu abordar de forma articulada as relações entre colonialidade, patriarcado e neoliberalismo, evidenciando a maneira como essas estruturas globais e locais se entrelaçam.



No processo de redação, a análise foi conduzida com o intuito de construir uma narrativa coesa e integrada, evitando fragmentações que pudessem confundir as interconexões entre os temas abordados. Para isso, foi utilizada uma linguagem acessível, mas sem abrir mão do rigor acadêmico. O texto foi estruturado de forma a introduzir progressivamente os conceitos e argumentos, permitindo ao leitor ou leitora acompanhar a lógica do raciocínio. Por fim, a construção do texto envolveu um diálogo contínuo com a realidade social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A interseccionalidade, enquanto ferramenta teórica e política, permite compreender as dinâmicas de opressão e resistência que atravessam as questões de gênero, raça, classe e sexualidades na América Latina. Nesse contexto, a região apresenta um cenário de disputas marcadas por heranças coloniais e estruturas contemporâneas de desigualdade, mas também por trajetórias de resistência e criação de novas possibilidades de existência.

Ao reconhecer a pluralidade de experiências e a complexidade das intersecções entre essas categorias sociais, é possível desconstruir hierarquias e promover práticas que valorizem a diversidade e a inclusão. O enfrentamento das desigualdades não se limita a denunciar estruturas de poder, mas também aponta para a construção de futuros mais justos, onde a liberdade e a expressão de identidades sejam plenamente asseguradas.

Nesse sentido, o diálogo entre acadêmicos, militantes e comunidades torna-se essencial para impulsionar transformações que respeitem as memórias e trajetórias de sujeitos historicamente subalternizados, reafirmando a urgência de uma nova sociedade mais igualitária e democrática.



REFERÊNCIAS

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. **Marxismo e questão étnico-racial: desafios contemporâneos** / Maria Beatriz Costa Abramides (org.) - São Paulo: EDUC, 2021.

COLLINS, Patricia Hill. Bilge, S. "**Interseccionalidade**". São Paulo: Boitempo, 2021.

CISNE, Mirla / SANTOS, Silvama Mara Moraes dos. "**Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social**" São Paulo: Cortez, 2014.

CRENSHAW, Kimberlé. "**Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color.**" Stanford Law Review, vol. 43, no. 6, 1991, pp. 1241-1299.

FERREIRA, Guilherme Gomes / IRINEU, Bruna Andrade. **Diversidade sexual e de gênero e marxismo.** São Paulo: Cortez, 2024.

FEDERICI, Silvia. "**O patriarcado do Salário: notas sobre Marx, gênero e feminismo.** Volume 1 / Silvia Federici; tradução Heci Regina Candiani. – 1. Ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

QUIJANO, Aníbal. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais.** Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires. 2005.